

Guia técnico

Impairment o que a auditoria examina no teste

Sob juros altos, o teste de impairment do CPC 01/IAS 36 fica mais sensível. Entenda o que a auditoria examina e onde mora o risco.

NORMA BASE

CPC 01 (R1) - IAS 36

PÚBLICO

Controladoria e comite de auditoria

EDIÇÃO

Edição 2026

DATA

Agosto de 2026

O teste de recuperabilidade de ativos, o impairment, deixou de ser um exercício de rotina para virar um dos pontos mais sensíveis do balanço em um ambiente de juros altos. O CPC 01 (R1), equivalente ao IAS 36, exige que a entidade não carregue nenhum ativo por valor superior àquele que espera recuperar. E é justamente a taxa de desconto, o insumo que mais reage ao custo do dinheiro, que decide se um ativo continua no balanço pelo mesmo valor ou se uma perda precisa ser reconhecida.

Guia técnico

Resumo

01 O CPC 01 (IAS 36) determina que um ativo não pod

O CPC 01 (IAS 36) determina que um ativo não pode figurar no balanço por valor contábil superior ao seu valor recuperável, definido como o maior entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso.

02 O valor em uso é o valor presente dos fluxos de

O valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados do ativo, e depende diretamente da taxa de desconto adotada; quando os juros de mercado sobem, essa taxa tende a subir e o valor recuperável cai.

03 Goodwill e intangíveis de vida útil indefinida t

Goodwill e intangíveis de vida útil indefinida têm teste anual obrigatório, independentemente de haver indício de perda; os demais ativos são testados quando surge um indicador.

04 Premissas de fluxo otimistas, taxa de desconto d

Premissas de fluxo otimistas, taxa de desconto desatualizada e unidades geradoras de caixa mal definidas são os focos recorrentes de ajuste e de comentário do auditor.

P	A
Valor recuperável	O maior entre valor justo líquido de despesa de venda e valor em uso
Valor em uso	Valor presente dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa
Taxa de desconto	Taxa antes de impostos que reflita o valor do dinheiro no tempo e o risco do ativo
Unidade geradora de caixa	Menor grupo de ativos que gera entradas de caixa independentes

Os quatro pontos que decidem o resultado de um teste de impairment pelo CPC 01/IAS 36.

Contexto

O que a norma realmente pede

O princípio do CPC 01 é simples de enunciar e difícil de aplicar: nenhum ativo pode permanecer registrado por mais do que a entidade consegue recuperar com ele, seja usando-o, seja vendendo-o. Por isso o valor recuperável é definido como o maior entre duas medidas. A primeira é o valor justo líquido de despesa de venda, quanto o mercado pagaria pelo ativo, descontados os custos de aliená-lo. A segunda é o valor em uso, o valor presente dos benefícios econômicos que o ativo ainda deve gerar em operação.

Quando o valor contábil supera essas duas medidas, a diferença é uma perda por impairment, reconhecida no resultado e reduzindo o ativo. A lógica protege a demonstração de um vício conhecido: manter no balanço ativos que a realidade econômica já não sustenta. O papel da auditoria é verificar se esse teste foi feito, se foi feito bem e se a conclusão reflete o que a evidência mostra.

Requisito

Quando o teste é obrigatório

A norma separa dois regimes. Para a maioria dos ativos de longa duração, o teste é acionado por indicadores. A cada data de balanço, a entidade avalia se há sinal de que um ativo possa estar desvalorizado, e só então calcula o valor recuperável. Entre os indicadores externos, a própria norma cita o aumento das taxas de juros de mercado, porque ele afeta a taxa de desconto e pode derrubar materialmente o valor em uso. Outros sinais são a queda de valor de mercado, mudança adversa no ambiente de negócio e obsolescência.

Para o goodwill e para os intangíveis de vida útil indefinida, o regime é mais rígido: o teste é anual e obrigatório, exista ou não indício de perda. Essa exigência existe porque esses ativos não são amortizados e, sem um teste periódico, poderiam mascarar uma deterioração por anos. A auditoria confirma, antes de tudo, que o teste correto foi aplicado ao ativo correto, no momento correto.

Prática

Por que os juros altos mudam o jogo

O elo entre juros e impairment passa pela taxa de desconto. O valor em uso é uma conta de valor presente: fluxos futuros trazidos a valor de hoje por uma taxa que reflete o valor do dinheiro no tempo e o risco específico do ativo. Quando a taxa sobe, o mesmo fluxo futuro vale menos hoje, e o valor recuperável encolhe. É por isso que, em um ciclo de juros elevados, ativos que passaram anos acima da linha de recuperação podem cruzá-la.

O efeito é mais agudo em ativos de fluxo longo, cujo valor depende de caixa distante no tempo, exatamente o mais penalizado por uma taxa maior. Aqui aparece um erro recorrente: a entidade atualiza as projeções de fluxo, mas mantém a taxa de desconto do exercício anterior, quando o custo de capital já se deslocou. O resultado é um valor em uso inflado por uma premissa desatualizada. A auditoria testa se a taxa foi de fato revista à data-base e se ela é coerente com o prazo e o risco do fluxo que desconta.

P	A
Taxa de desconto igual à do ano anterior sob juros mais altos	Valor em uso superestimado por premissa desatualizada
Fluxo projetado que supera reiteradamente o realizado histórico	Projeção otimista sem lastro no desempenho
Goodwill alocado a uma UGC muito ampla	Perda diluída por caixa de ativos saudáveis
Ausência de análise de sensibilidade nas notas	Divulgação incompleta em teste de alta incerteza

Sinais de alerta no teste de impairment e a resposta esperada da auditoria.

Evidencia

A unidade geradora de caixa e a alocação do goodwill

Boa parte dos ativos não gera caixa isoladamente, e por isso a norma trabalha com a unidade geradora de caixa, o menor grupo de ativos capaz de produzir entradas de caixa em larga medida independentes. Definir essa unidade é uma decisão de julgamento com consequência direta sobre o resultado do teste. Uma unidade desenhada de forma ampla demais junta um negócio deteriorado a operações saudáveis, e o caixa das saudáveis camufla a perda que deveria aparecer.

O ponto é especialmente sensível para o goodwill, que não é testado sozinho, mas sim alocado às unidades que se beneficiam da combinação de negócios que o originou. Quanto mais alto o nível de alocação, mais fácil é diluir uma deterioração. A auditoria examina como as unidades foram definidas, se essa definição é consistente ano a ano e se a alocação do goodwill respeita o nível em que a administração efetivamente monitora o retorno do investimento.

Conclusão

Reversão: o que pode e o que não pode voltar

Outro ponto que gera confusão é a reversão da perda. O CPC 01 permite reverter o impairment de ativos quando o indicador que motivou a perda deixa de existir, respeitando o limite do valor contábil que o ativo teria caso a perda nunca tivesse sido reconhecida. Há, porém, uma exceção categórica: a perda reconhecida sobre goodwill nunca é revertida. Uma vez baixado, o goodwill não retorna ao balanço.

Essa assimetria é fonte de erro em ciclos de recuperação, quando a tentação de reverter perdas antigas cresce. A auditoria confere se a reversão, quando ocorre, respeita o teto normativo e se nenhuma parcela indevida de goodwill foi trazida de volta. A conta que sobe rápido demais na recuperação merece o mesmo ceticismo que a perda que não aparece na deterioração.

Guia técnico

Implicações práticas para quem fecha o balanço

A primeira implicação é de disciplina de premissas. Um teste de impairment defensável parte de um orçamento aprovado pela administração, com fluxos que dialogam com o desempenho histórico, e de uma taxa de desconto revista à data-base. Projeções que vivem em uma planilha isolada, sem conexão com o plano de negócio e sem revisão independente, são o padrão que mais gera ajuste na fase de conclusão.

A segunda é de divulgação. A norma exige, para os testes relevantes, informar as premissas-chave, a taxa de desconto, a taxa de crescimento na perpetuidade e a análise de sensibilidade, mostrando quanto o resultado muda quando a premissa se move dentro de um intervalo razoavelmente possível. Acertar o número e omitir a sensibilidade compromete a demonstração, porque esconde do leitor o quanto a conclusão é frágil.

A mensuração de estimativas dessa natureza dialoga diretamente com a norma de auditoria de estimativas contábeis, que orienta o ceticismo profissional diante de medidas de alta incerteza, e com a leitura de mercado que já tratamos em valor justo e a hierarquia de três níveis.

Contexto

Caso anonimizado

Uma indústria de médio porte carregava goodwill relevante originado de uma aquisição feita anos antes, alocado a uma única unidade que reunia a linha adquirida e o negócio histórico, saudável. O teste anual vinha concluindo pela ausência de perda. As projeções de fluxo eram consistentes, mas a taxa de desconto seguia a mesma de três exercícios atrás, apesar do salto no custo de capital do período. Não havia análise de sensibilidade nas notas.

Na revisão, a taxa foi recalculada à data-base e a alocação do goodwill foi reexaminada. Com a unidade redefinida em um nível mais aderente ao monitoramento gerencial, o caixa do negócio saudável deixou de camuflar a deterioração da linha adquirida, e o teste passou a apontar perda em parte do goodwill. O caso ilustra o padrão do impairment: a conta raramente está errada, e o resultado quase sempre depende de uma premissa que ninguém atualizou ou de uma unidade desenhada para não doer.

Requisito

Como a MERC pode ajudar

A MERC é especializada no mercado financeiro brasileiro e trata o teste de recuperabilidade como um dos núcleos técnicos do trabalho de auditoria independente. Isso significa auditar o teste, e não apenas o resultado: avaliar como as unidades geradoras de caixa foram definidas, testar a razoabilidade das projeções contra o histórico, desafiar a taxa de desconto à luz do custo de capital vigente e verificar se a divulgação cumpre o que o CPC 01 exige, inclusive a análise de sensibilidade.

Para indústrias, holdings, instituições financeiras e entidades com goodwill ou ativos de longa duração relevantes, o ganho é duplo: uma demonstração mais defensável perante o regulador e os investidores, e um processo interno de teste mais robusto, com premissas rastreáveis e governança sobre o modelo. Se a sua entidade carrega goodwill ou ativos de fluxo longo em ambiente de juros altos, o contato é o caminho para discutir o caso concreto.

Prática

Perguntas frequentes

PRÓXIMO PASSO

Do requisito ao *teste* que o sustenta.

A MERC é firma de auditoria independente registrada na CVM, especializada em mercado financeiro. Estruturamos o trabalho do diagnóstico a evidência: leitura do requisito, desenho dos testes, trilha de auditoria e o relatório que sustenta a conclusão. Fale com a equipe pelo canal de contato.

SITE	www.mercgroup.com.br
CONTEÚDO	www.mercgroup.com.br/insights
E-MAIL	contato@mercgroup.com.br
TELEFONE	+55 11 98196 1447

Material técnico de apoio da MERC Group. Conteúdo de caráter informativo, sem constituir oferta de serviços a entidades para as quais a independência seja vedada. Exemplos genéricos, sem referência a instituição específica.